

Volume 40  
Número 2  
Ano 2025  
Id e55164

Artigo Original

DOI: 10.1590/s0102-6992-20254002e55164

## **As *gentes* do Brasil: racismo e regionalismo na construção do discurso varguista sobre mestiçagem**

### **Wesley Dias**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

email: wesleyadidas@iesp.uerj.br  
orcid: 0000-0002-8796-3015

### **Luiz Augusto Campos**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

email: lascampos@iesp.uerj.br  
orcid: 0000-0003-2153-547X

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

**Recebido em:** 16/09/2024  
**Aprovado em:** 11/04/2025



Editoria: Eduardo Dimitrov

# As gentes do Brasil: racialismo e regionalismo na construção do discurso varguista sobre mestiçagem

Wesley Dias, Luiz Augusto Campos

**Resumo:** A bibliografia especializada converge ao localizar no Estado Novo varguista o momento de inflexão dos discursos oficiais sobre a questão racial brasileira. O racialismo imperante no pensamento social anterior teria dado lugar, sobretudo na década de 1940, a uma perspectiva mais culturalista na qual a mestiçagem racial desponta como valor nacional fundamental. Neste artigo, buscamos nuançar essa interpretação a partir de uma análise dos discursos de Getúlio Vargas proferidos entre 1930 e 1953 durante suas viagens pelo Brasil. O ideal de um país racialmente híbrido foi construído pelo discurso varguista mais como forma de acomodar os fortes regionalismos a época imperantes em várias partes do território do que como forma de romper com seus elementos mais essencialistas e racialistas. Mais do que superar o essencialismo racial, esses discursos conseguiram equilibrar projetos regionais-raciais adversários em uma narrativa oficial integradora das diferenças.

**Palavras-chave:** Identidade Nacional; Discurso Político; Estado Novo; Raça e Região; Getúlio Vargas.

**Abstract:** The specialized bibliography agrees that the Varguist Estado Novo was the turning point for the official discourse about the Brazilian racial issue. The racialism that prevailed in previous social thought gave way, especially in the 1940s, to a more culturalist perspective in which racial mestizaje emerged as a fundamental national value. In this article, we seek to nuance this interpretation through an analysis of Getúlio Vargas' speeches made between 1930 and 1953 during his travels around Brazil. The ideal of a racially hybrid country was constructed by Vargas' discourse more as a way of accommodating the strong regionalisms that prevailed in various parts of the country at the time than as a way of breaking with its more essentialist and racist elements. Rather than overcoming racial essentialism, these discourses managed to balance opposing regional-racial projects in an official narrative that integrated differences.

**Keywords:** National Identity; Political Speech; Estado Novo; Race and Region; Getúlio Vargas.

---

## Introdução

Existe uma extensa produção historiográfica e sociológica sobre a relação entre raça e Estado no Brasil. É comum que essas análises abordem a importância da ideia de miscigenação para os discursos relacionados à nacionalidade (Hofbauer, 2006; Schwarcz, 2015; Skidmore, 1976). Com isso em mente, Boris Fausto afirmava que, no discurso oficial da década de 30, “o mestiço vira nacional” (Fausto, 2006, p. 133). O estabelecimento de um *Dia da Raça*, em 30 de maio de 1939 reflete parte dessa mudança de paradigma. A celebração tinha o objetivo de comemorar a tolerância racial como uma das qualidades nacionais, uma face ecumênica do arranjo nacional baseada na pluralidade étnica (Fausto, 2006). Em outras palavras, a Era Vargas propalava um imaginário racial mestiço, no qual a expressão do povo brasileiro se dava por meio da síntese dos grupos envolvidos na sua formação.

A ideia de um “Mussolini Moreno” (Almeida, 1932) não insinua que Vargas foi um exemplo análogo de fascista tropical, mas apenas demarca como alguns teóricos dos anos 30 buscaram um líder forte, que fosse ao mesmo tempo maleável e atento às supostas particularidades nacionais. Esse tipo de estadista precisaria conciliar a força pessoal com a cultura e o povo (Almeida, 1932; Campos, 1941; Holanda, 1936). A ideia de “Moreno” alimenta uma metáfora do autoritarismo hibridista presente na difusão intelectual do regime e nas falas do presidente. O então admirado fascismo italiano e alemão deveria

dar lugar no Brasil a um modelo autoritário alternativo. A mesma crítica foi dirigida ao regime soviético, que, segundo alguns ideólogos do Estado Novo, estaria marcado pelo domínio da tecnocracia estatal e pela submissão do homem (Figueiredo, 1941, 1943, 1944). A revista *Cultura Política*, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tentava balancear a apologia ao líder forte sem culminar em um culto, como nos exemplos totalitários. Mas a crença de que o estadista precisava de gênio político e pulso enérgico congruente com a realidade nacional foi poderosa na mentalidade dos anos 30, refletindo-se em discursos de unidade política nacional, incluindo aqueles relativos à raça.

No entanto, o modo como essa transição discursiva foi construída, bem como seus sentidos concretos, ainda carecem de análise acurada. Algumas obras que compõem o cânone do pensamento social brasileiro não passaram incólumes à influência de perspectivas racialistas nas suas análises (Bomfim, 1997 [1929]; Holanda, 1936; Romero, 1902; Viana, 1938), mesmo aquelas que buscaram exaltar a mestiçagem como suposta qualidade do povo brasileiro (Freyre, 1990 [1933]; Torres, 1982 [1914]). Muitos dos artífices do Estado Novo eram, aliás, simpáticos a essas perspectivas, como era o caso de Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral, entre outros (Mesquita, 2018; Skidmore, 1976; Velloso, 1997). Ademais, os agentes do Estado Novo mantinham relações tensas e oscilantes com os principais teóricos do elogio à mestiçagem, como era o caso de Gilberto Freyre (Mesquita, 2018; Pallares-Burke, 1997). A isso se somava a força do regionalismo e seus concorrentes projetos raciais ou nacionais que imperavam em cada pedaço do território.

A análise do cruzamento entre hibridismo racial e regionalismo não é nova nas Ciências Sociais. Paulina Alberto, por exemplo, mostrou como “ativistas raciais ou culturais negros”, a partir de suas posições regionais – São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador (Alberto, 2018, pp. 33–34) –, defenderam seu “direito legítimo à inclusão como nacionais” e tentaram resistir “às pressões de assimilação racial e cultural que eram parte das identidades mestiças oficiais projetadas a partir do Rio de Janeiro” (Alberto, 2018, p. 208). Olhando mais para os discursos oficiais do que para o ativismo, tentamos mostrar aqui que o próprio discurso varguista empregava o ideário da mestiçagem para acomodar regionalismos – não apenas do ativismo negro, mas de todos os grupos considerados partícipes do caldeamento nacional, ainda que com hierarquias internas. Alberto Schneider também chamou a atenção para como os paulistas foram retratados como um “grupo étnico” específico (Schneider, 2016, p. 90), oscilando entre imagens negativas (hostilidade, rusticidade) e positivas (capacidade guerreira e expansionista) [(Schneider, 2016, pp. 85–87), e para como esses discursos foram igualmente acomodados no hibridismo do Estado Novo. Em vez de focar em um grupo específico (“negros”, “paulistas” etc.), nossa análise tenta demonstrar como havia, nas falas presidenciais, um intento deliberado de vincular uma visão racializada das identidades regionais a uma identidade nacional maior – vista como abrangente justamente por acomodar diferenças internas ou “equilibrar regionalismos”, parafraseando Freyre.

A raça e a identidade nacional foram vinculadas a identidades regionais que transcendiam a própria Era Vargas. São Paulo, por exemplo, foi associado à modernidade e ao embranquecimento, enquanto o Nordeste era retratado como atrasado e subdesenvolvido (Weinstein, 2007). A biotipologia das populações regionais e a contraposição entre o tipo nordestino e o paulista foi trabalhada, mas reforçamos que esta pesquisa diverge no que se refere às fontes e ao escopo geográfico. Nosso estudo lida com percepções que tensionam a identidade de Sul/Sudeste e Norte/Nordeste nos discursos do então presidente. Em outras palavras, como as falas de Vargas transmitiram determinadas percepções a respeito dos povos locais ou regionais. Segundo Vimieiro-Gomes, a suposta multiplicidade fenotípica brasileira levaria os estudos sobre a fisionomia do povo a conciliar identidades regionais com um retrato nacional mestiço (Vimieiro-Gomes, 2016). Os estudos biotipológicos regionais utilizaram a noção de “brasilidade mestiça” de formas distintas, refletindo projetos políticos que vinculavam identidades locais a

um ideal nacional. Os discursos de Vargas apresentam parte dessa mesma dinâmica. O Nordeste e o sertanejo seriam apresentados como símbolos da diversidade corporal brasileira, enquanto em São Paulo, enfatizava-se a imigração estrangeira, associando-a ao branqueamento e à modernidade. Esses estudos, portanto, promoviam visões racializadas e excludentes, mas, ao mesmo tempo, consolidaram a ideia de uma identidade nacional miscigenada e plural (Vimieiro-Gomes, 2016, p. 126).

Como se construiu uma concepção oficial hibridista do Brasil a partir desse caldo racia- lista que marcava as elites políticas de então? Tentamos mostrar aqui que a elaboração desse discurso hibridista pelo Estado Novo buscou acomodar um complexo léxico sobre as raças regionais que compunham o Brasil. Mais do que romper com as reivindicações racialistas locais, o hibridismo varguista buscou acomodar cada um desses projetos numa concepção ecumênica de Brasil. Tal visão buscava equilibrar os regionalismos étnicos, concedendo-lhes um lugar numa narrativa nacional, e não propriamente superá- los numa concepção sintética e mestiça de nação. Ademais, essa construção discursiva estava longe de ser desracializada. Como veremos, Vargas tentou produzir uma revisão dos regionalismos simplificando-os em poucos grupos, cada um visto não apenas como contribuintes para a mestiçagem nacional, mas também como mestiços específicos.

Para avançar nessa hipótese, analisamos um *corpus* de 220 discursos pronunciados por Getúlio Vargas nos períodos em que foi chefe de Estado entre os anos de 1930 e 1953, constituindo todo o material presente no Acervo Digital da Biblioteca da Presidência da República. Nosso interesse recaiu especialmente sobre os pronunciamentos em que ele mencionava termos mais intimamente relacionados ao léxico de construção nacional como “nação”, “país”, “pátria” etc., bem como termos correlatos como “raça”, “mestiçagem”, “miscigenação” etc. Nossa hipótese central é que Vargas se serviu de uma concepção hibridista de povo não ao ponto de tensionar premissas racialistas, mas justa- mente para acomodar as diferentes reivindicações regionais-raciais que se chocavam à época. Para facilitar a visualização do *corpus*, apresentamos um gráfico simples que demonstra o desenho do acervo utilizado {Figura 1}.

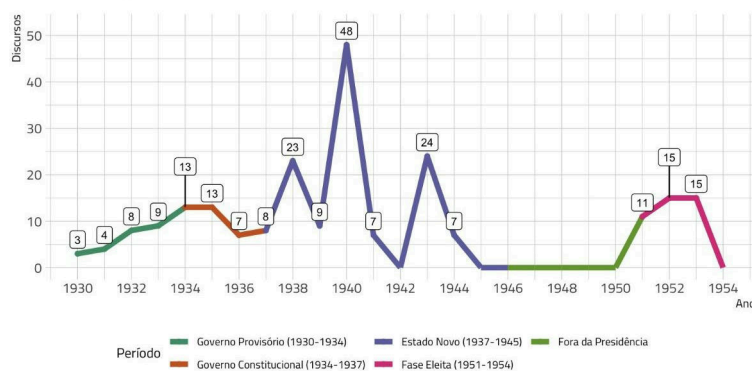


Figura 1: Quantidade de discursos de Getúlio Vargas por ano. Fonte: Dias (2023, p. 130).

Dentro de nossas preocupações metodológicas, os discursos políticos de Getúlio Vargas, enquanto documentos oficiais, carregam não apenas o peso da voz oficial do regime, mas também o modo como ele buscava interagir com diferentes públicos Brasil afora. Esses discursos não apenas expressam as estratégias retóricas de Vargas, mas também se alinham às categorias típicas do debate político e acadêmico dos anos 1930 e 1940, especialmente aquela veiculada em publicações como a revista *Cultura Política*. Para a análise, o material foi organizado cronologicamente, conforme demonstra o gráfico abaixo, e posteriormente catalogado por eixos temáticos, como raça, identidade nacional e desenvolvimento regional. A metodologia incluiu uma leitura minuciosa e a categorização das menções à temática racial, contextualizando cada discurso dentro da ideologia

do regime e das estratégias retóricas específicas do período. Dessa forma, os pronunciamentos são compreendidos não apenas como peças isoladas, mas como parte de um projeto político mais amplo, que articulava discursos públicos, produção intelectual e ações governamentais.

Algumas pesquisas mobilizaram as falas públicas de Vargas (Cannone e Pestana, 2020; Cotrim, 1999; Fonseca, 2001; Secreto, 2007; Stornowski, 2011; Tenti, 2024; Vieira, 2005), mas pouca centralidade foi dada a essa articulação entre raça, região e nacionalidade. Averiguamos que os discursos apresentavam um padrão geograficamente orientado, no qual as manifestações do presidente em relação à raça variavam de acordo com o local para o qual se dirigiam. Mais do que insistir num discurso nacional uno, Vargas e seus assessores se preocupavam em contemplar os regionalismos locais em suas falas, mas quase sempre buscando integrá-los numa narrativa nacional comum.

Como os conceitos de “raça”, “nação”, “pátria”, “região” tinham contornos frouxos e sentidos polissêmicos no período analisado, buscamos identificar os elementos racialistas nos discursos a partir de uma tipologia das modalidades de racialização baseada nos seguintes critérios: em primeiro lugar (1), discursos marcados por uma concepção orgânica e física dos grupos sociais; (2) que pressupunham uma ligação imediata entre a qualidade do povo e as condições do seu território; (3) quase sempre mencionando a adaptação dos homens ao clima e ao solo; (4) e estipulando, muitas vezes, uma racialização eufemista ou sub-reptícia. Esses enquadramentos permitem compreender que essa essencialização das características regionais extrapolava a tríade clássica da ideologia da mestiçagem, baseada na mistura entre brancos, negros e indígenas. Trata-se, na verdade, de uma concepção geral de “homem”, na qual um pertencimento atávico e territorial determinaria as características raciais de um grupo e, sobretudo, sua contribuição à formação nacional.

A conexão entre raça e território está presente em toda literatura clássica das Ciências Sociais (Freyre, 1990 [1933]; Holanda, 1936; Torres, 1982 [1914]; Viana, 1938). Na verdade, essa vinculação coincide com uma tradição ainda mais antiga, que conta com figuras como Arthur de Gobineau, Houston Stewart Chamberlain e Francis Galton. Todos divergiam quanto à intensidade da influência social da raça, mas convergiam quanto às consequências prejudiciais do atavismo racial. Esse tipo de racialismo propunha uma conexão entre o caráter, a mentalidade, a adaptação, o espírito, a alma e a terra. Nessa lógica, cada localidade privilegiaria ou engendraria um tipo físico específico, que culminaria em um tipo humano local.

Nos discursos oficiais da Era Vargas, não eram raras as menções à “raça brasileira” ou à “raça chinesa” (Campos, 1941); à “raça americana” (Vargas, 1935); à “raça latina”, na América do Sul, ou à “raça saxônica”, na América do Norte (Lacerda, 1911); ao “homo americanus” ou ao “homo afer” (Moura, 1942, p. 132); à “raça” ou “gens cuiabana”, e mesmo à “gens matogrossense”<sup>1</sup> (Mesquita, 1942). Todas reafirmam a crença em uma gente local, específica e vinculada àquela terra. Ainda que o vocabulário racialista aqui pudesse assumir sentidos distintos, ele quase sempre demarcava certa naturalização dos povos locais em relação aos seus ambientes.

O que se segue está dividido em três seções. Na primeira, analisamos os discursos varguistas orientados para localidades do Norte e Nordeste. Ainda que haja nuances no modo como Vargas se colocava em cada uma dessas regiões (e até em cada um dos seus estados), prepondera uma noção de região-raça dominada, mas com grande potencial de contribuir para a conformação de um todo nacional. A segunda seção foca no par Sul-Sudeste, que figura nos discursos como polo-guia da formação nacional. Finalmente, resumimos nossos achados na conclusão.

1: A ideia de *gens* ou *gentes* foi essencial na estrutura social romana. Essa ideia definia uma ancestralidade comum ou um pertencimento a determinado grupo familiar. Esse vínculo se definia, em grande medida, pelo sangue ou laços formais de parentesco. A menção do termo implica duas dimensões: em primeiro lugar, a conexão histórica entre os conceitos de *gens* e raça; em segundo lugar, a intenção do autor em reivindicar especificamente essa conexão.

## Norte e Nordeste

No dia 5 de setembro de 1933, em passagem por Recife, o presidente Getúlio Vargas proferiu um discurso no qual exaltou a formação social e histórica de Pernambuco. O tema da raça surge em meio ao elogio da resistência “épica” empreendida pelo povo local durante o processo de formação nacional. O estadista atribuía seu sucesso ao amálgama do sangue do branco, do índio e do negro. Segundo ele, essa combinação teria livrado o Brasil do preconceito de cor, acarretando a fusão entre as raças que marcariam o “cerne da nacionalidade”. Vale registrar que, nesse *corpus*, essa foi uma das únicas vezes em que Vargas citou nominalmente o “negro”. A postura em relação às três raças sempre recorria ao argumento de síntese, um resultado que constituiu uma realidade própria, diferente dos grupos originais. A concepção sintética da nacionalidade se confirmou na seguinte afirmação: a “[...] fisionomia moral da terra pernambucana, ampliada a todo o Nordeste, caracteriza uma das tonalidades diferenciais da civilização brasileira” (Vargas, 1933a, p. 4). O resto do discurso apresentava uma extensa digressão sobre a economia açucareira local, mobilizando a raça como fator explicativo da história estadual e compatibilidade com a imagem geral do povo brasileiro.

Ainda colônia, Pernambuco escreveu a página mais impressionante da nossa história: a resistência épica contra os holandeses — luta que foi a nossa primeira manifestação de brasilidade. Contrariando os desejos da metrópole, abandonando as suas energias incipientes, enfrentou o invasor. Para defender a Pátria que surgia, amalgamou, com o sangue vertido em comum, o branco, o índio e o negro, libertando-nos, para sempre, do preconceito da cor e fundindo as três raças que deveriam formar o cerne da nacionalidade. [...] Esta fisionomia moral da terra pernambucana, ampliada a todo o Nordeste, caracteriza uma das tonalidades diferenciais da civilização brasileira. (Vargas, 1933a, p. 4).

O tema da raça retorna ao discurso no dia 18 de setembro do mesmo ano, quando Vargas falou à população de Fortaleza. O presidente afirmava que o Ceará era o coração do Nordeste e que o cearense desenvolveu uma conformação étnica e moral própria, refletida de modo bastante relevante na história do Brasil (Vargas, 1933b, p. 4). Ele também chamou atenção para o pioneirismo cearense ao se livrar da “mácula escravocrata” (Vargas, 1933b, p. 13). Vale ressaltar a menção elogiosa aos “campos de concentração” montados no estado para conter o avanço de populações interioranas em direção à capital. O argumento do discurso partia da ideia de que os sertanejos “flagelados” eram uma ameaça à capital da mesma forma que o Brasil selvagem era uma ameaça ao Brasil civilizado. Nesse sentido, recolher e controlar as populações seria uma política benéfica, higiênica e eficiente em defesa da nação.

Calculando em 4 pessoas a família de cada trabalhador, pode dizer-se, sem exagero, que a população amparada ultrapassou de um milhão de almas. Organizaram-se, além disso, neste Estado, campos de concentração, por onde transitou mais de um milhão de pessoas, atendidas com serviços profícuos de higiene e assistência, sendo grande número delas localizado em diversos Estados do Norte, que para este fim receberam auxílio da União na importância de 4.812 contos (Vargas, 1933b, p. 11).

Já em 1940, em Fortaleza, o elogio ao papel do “homem cearense” na ocupação da região amazônica e a sua adaptabilidade e resistência marcaram o improviso do presidente diante de uma manifestação realizada pelas classes operárias. Vargas afirmava que os trabalhadores presentes eram um atestado da qualidade do “povo cearense”. Nas suas próprias palavras, “dizendo povo cearense, eu vos incluo, porque cada cearense é um

trabalhador ao serviço do Brasil” (Vargas, 1940f). A noção de um cearense afeito à conquista demonstra uma imaginação atrelada à ideia de que determinados povos estão mais aptos que outros à conquista de determinados meios físicos. Além disso, a alusão ao componente trabalhista adiciona mais valor, sobretudo no que se refere ao papel do trabalhismo naquele momento histórico.

Em 18 de outubro de 1940, ele elogiou o novo governo pernambucano, que, segundo o discurso, havia se comprometido em melhorar o saneamento e eliminar o mocambo. Dentro do plano governamental, essa medida representaria “a mais eloquente demonstração de interesse pelo desenvolvimento eugênico da raça” (Vargas, 1940g). Ao mesmo tempo, ele ressaltava o “espírito de nacionalismo sadio e construtivo” presente no povo recifense, digno portador da “herança sagrada”. Desse modo, ele reafirmava o papel fundamental de Pernambuco no engrandecimento espiritual e material da Pátria (Vargas, 1940g, p. 6). No dia seguinte, ele retornou à questão do mocambo, admitindo que a tarefa de extinguir esse tipo de moradia não seria fácil. Porém, dado o “vigor” de “toda a coletividade” e o “apoio do Governo central”, Recife poderia ser em breve um exemplo “único na história do urbanismo: uma cidade sem bairros miseráveis e sem habitações anti-higiênicas” (Vargas, 1940h, p. 6). Em seguida, o presidente descreveu a cidade como uma representação do mais forte sentimento de brasilidade. O enquadramento geográfico e a concepção racial da região se refletem para ele em um espírito superior de brasilidade e em um impulso pelo aperfeiçoamento das condições eugênicas.

Em um espaço de tempo relativamente curto (1933-1940), Vargas construía em seu discurso uma espécie de monitoramento dos melhoramentos raciais que as regiões imprimiam aos seus povos, sempre destacando as contribuições que esses melhoramentos dariam ao progresso nacional. Isso estava longe de implicar uma transição dos regionalismos locais na direção de uma concepção mestiça e sintética de nação. O que estava em jogo era um hibridismo que mantivesse as contribuições essenciais de cada raça-região para o país como um todo, o que fica claro em seu elogio da ocupação cearense na Amazônia.

Discursivamente, o regime reformulou a seu favor a tensão entre a dimensão regional e a nacional, abordando essa distinção como antagônica em muitos dos casos. Essa ambiguidade ficará ainda mais evidente na medida em que tratarmos do modo como o presidente enfatizava as particularidades étnicas de cada região, ao mesmo tempo em que afirmava que essas particularidades eram bem-vindas. Nesse momento, é relevante comparar as falas a respeito do Nordeste com os pronunciamentos no Sul, mas podemos adiantar que, durante suas visitas, Vargas não parece ter visto qualquer contradição entre o elogio ao regional e a defesa da centralização.

O antigo argumento dos “ventos alísios” também compõe esse panorama. Renato Ortiz cita a suposição da ausência de “uma civilização no Brasil” (Ortiz, 2017 [1985], p. 18), demonstrando essa correlação entre raça atrasada e meio físico inapropriado. Dentro desse quadro, o “meio inóspito ao florescimento da civilização europeia” privilegiaria o nordestino, transformando-o em uma categoria de gente forte e vigorosa, mas, por conseguinte, bruta e rústica. Essa relação entre os “parâmetros de raça” e “meio” é parte do arcabouço cognitivo dos intelectuais brasileiros entre o fim do século XIX e o início do século XX (Ortiz, 2017 [1985], pp. 15–18). Na verdade, esse período se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial ou até a institucionalização das Ciências Sociais.

O mote dominante nas falas durante as visitas à região Norte era a capacidade de seu povo ocupar as terras. Em certo momento, o presidente atrelou o atraso amazonense a essa relação entre o material humano e as demandas do território. Em Belém do Pará, Vargas afirmou que o Norte testemunhou a implantação e formação de “um núcleo de civilização, surpreendente pelo seu vigor e originalidade” (Vargas, 1940c, p. 5). Para ele, o homem amazonense não vinha conseguindo trazer o progresso à região. Isso evidenciava uma conexão entre a qualidade do material humano e o desenvolvimento regional. Em

outras palavras, a presunção de que existe uma sintonia orgânica e umbilical entre o homem e a sua terra:

O Pará, toda a Amazônia, não conseguiu adaptar os seus métodos de trabalho a essa renovação dos processos de aproveitamento dos recursos naturais. Não é o momento de indagar das causas desse retardamento. Talvez a imprevidência, que La Fontaine simbolizou na fábula da cigarra e da formiga, tenha impedido que se aplicasse em obras duradouras, de técnica agrária e industrial, boa parte do ouro abundantemente extraído da floresta generosa. O fato é que a Amazônia estacionou, se não regrediu. Os homens são os mesmos — empreendedores, inteligentes, animosos. As condições econômicas é que variaram, tirando-lhes, ou enfraquecendo, as armas de que necessitam para prosseguir no caminho auspiciosamente iniciado (Vargas, 1940c, p. 5).

A importância do vigor conquistador do povo amazonense também se manifesta no elogio à população imigrante na região. Esse elogio se enquadra dentro da luta entre o homem e o meio, segundo a qual existiriam povos mais aptos à ocupação territorial da vasta região Norte. Além disso, surge a ideia de que o português era visto pelo regime como a matriz principal e mais benéfica para nossa formação nacional.

Sinto-me sinceramente satisfeito ao receber esta homenagem da laboriosa e digna colônia portuguesa do Pará. Venho de fazer uma viagem aos confins da Amazônia e volto ainda mais amigo e admirador dos portugueses. Por lá, encontrei os marcos que assinalam a marcha vitoriosa da nacionalidade no extremo Oeste, marcos do período heroico do desbravamento sertanista, plantados pelos portugueses, que, no conceito camoneano, por atos e feitos valorosos, se vão da lei da morte libertando (Vargas, 1940d, p. 4).

Quando afirma que o homem permanece o mesmo, o presidente elogia a qualidade do amazonense e classifica o atraso como um elemento circunstancial. Em outras palavras, esse homem seria bom, mas as contingências o levariam ao fracasso. Mais uma vez é importante ressaltar a articulação entre as ideias de povo, desenvolvimento e território. Segundo Vargas, o Estado Nacional deveria conduzir a retomada do crescimento no Amazonas, agindo como catalisador dos anseios mais profundos do povo. Na ocasião, a utilização explícita da raça como sinônimo de povo surgiu apenas quando o presidente descreveu o apreço dos amazonenses pelas suas lendas, pois elas representariam as “raízes profundas da alma da raça”. Da mesma forma, teriam sido o caldo cultural que alimentou a conquista daquele território (Vargas, 1940d, p. 5).

Ele ainda aproveitou o ensejo para exaltar a colaboração dos nordestinos no processo de ocupação, somando “o seu instinto de pioneiro” (Vargas, 1940d, p. 5), aos esforços dos irmãos nortenhos. Nas suas palavras, foi o nordestino que se embrenhou na “floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade”. Vargas estende esse elogio ao próprio povo amazônico, afirmando que toda a Nação deveria auxiliar o “caboclo brasileiro” na conquista das selvas. O nordestino aparece, portanto, como um sujeito intrépido e arrojado, dotado de um vigor admirável. Por último, o presidente manifestou sua emoção com o “acolhimento afetuoso”, finalizando o discurso com a estratégia padrão em visitas, declarando que a lealdade e hospitalidade do povo amazonense fortaleceram o seu “sentimento de brasilidade” (Vargas, 1940d, pp. 5-8).

Em entrevista concedida à *Associated Press* durante sua estadia em Porto Velho para a Conferência das nações amazônicas, Vargas retornou ao tema do saneamento e sua

importância no processo de colonização. Tanto que dividiu a empreitada em duas frentes: saneamento e colonização. O primeiro seria realizado por meio de “uma organização técnica” com o objetivo de combater o impudismo e os males regionais. Desse modo, bastaria cuidar das novas gerações, “defendendo-as contra as moléstias, preparando-as física e culturalmente” e “dando-lhes educação moral e cívica” para que se tornassem “valiosos fatores do povoamento da região” (Vargas, 1940e, pp. 4-5). Essa crença no aperfeiçoamento do povo, por meio de uma instrução moral, física e cívica demonstra um caráter mais flexível na relação entre a região e o povo que já aparecia em seus discursos anos antes:

O homem brasileiro, dotado de inteligência viva e plástica, perfeitamente aclimado, transformar-se-á no agente dinâmico do nosso progresso quando lhe sejam prodigalizados os benefícios da civilização, sem os quais não poderá adquirir o domínio total do meio físico vasto e rico que lhe cumpre explorar e defender (Vargas, 1937, p. 9).

Embora mais tênue, podemos perceber como o presidente mobilizou um vocabulário que racializa a concepção de povo a partir de uma noção regional. O nordestino, portanto, trazia o seu ímpeto corajoso. É importante notar como essa racialização nos discursos independe de aspectos negativos e, na maioria das vezes, tende a produzir um estereótipo positivo. A constante aqui presente não é necessariamente a da discriminação, mas a da essencialização do “homem”. De todo modo, a ideia de que o povo de um determinado local constituía um tipo específico era frequente. Nesse sentido, identificar a abordagem do presidente sobre o assunto é fundamental, sobretudo quando recordamos que todos esses discursos têm um *locus*. A Bahia ocupa um lugar especial no esquema que estamos montando sobre o enquadramento racial das regiões. O ano de 1933 conta com nove discursos catalogados e, dentre eles, quatro abordaram o tema da raça ou algum assunto correlato. O período foi marcado por uma extensa turnê por vários estados do país, na qual a maioria dos pronunciamentos apresentaram um tom apaziguador, principalmente frente aos ânimos exaltados após a Revolução de 1930 e o levante em São Paulo. No dia 18 de agosto, durante sua visita à capital baiana, Vargas tratou amplamente do tema da raça. Em primeiro lugar, o presidente recapitulou a dependência histórica em relação ao trabalho escravo, lamentando o atraso brasileiro na extinção do cativo:

O fato de perpetuar-se a escravidão no Brasil, até 1888, constitui lamentável imprevidência da política e dos homens do segundo reinado. Quando todos os povos sul-americanos, vivendo em ambiente menos calmo, alicerçavam o progresso nacional na aptidão e no trabalho dos seus concidadãos, o Brasil mantinha o braço escravo, como alavanca propulsora do seu desenvolvimento econômico (Vargas, 1933a, p. 4).

A forte preocupação com o atraso também se traduziu em uma preocupação com as condições de higiene urbana e rural. O saneamento do interior seria uma ferramenta para melhorar o vigor da raça e otimizar o estoque humano. Segundo Vargas, esse era o motivo por trás da importância do saneamento como projeto nacional.

Para atender ao saneamento rural, o Governo tem fornecido aos Estados apreciáveis recursos pecuniários. Trata-se, porém, de esforços parcelados, em benefício de determinados núcleos de população. O problema exige, entretanto, providências mais enérgicas e generalizadas. Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano, aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza (Vargas, 1933a, p. 8).

O papel essencial da educação também foi citado como central na capacitação profissional e intelectual ao mesmo tempo em que agia sobre o temperamento e a saúde humana. A disciplina educacional empregada sobre a raça deveria “enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho”. (Vargas, 1933a, p. 10).

O aspecto mais relevante do problema fundamental do Brasil não está, porém, compreendido nas considerações que venho de expender. Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional. (Vargas, 1933a, p. 9).

Em seu discurso na Faculdade de Medicina da Bahia, Vargas exortou a juventude médica a contribuir com o aprimoramento dos rincões baianos. Segundo ele, havia terras promissoras e ainda inexploradas, onde o povo necessitava da presença salutar de profissionais médicos. “Lá, sim, entre esses núcleos que constituem o cerne da raça, existe campo de ação fecunda para os jovens médicos, engenheiros e agrônomos” (Vargas, 1940i, p. 7). Ele ainda se aventurou a descrever as características do brasileiro. Segundo ele, seríamos um povo pautado pelas “qualidades preciosas de adaptação e aperfeiçoamento moral” advindas de nossos valores cristãos. “É pacífico, hospitaleiro, compreensivo, de espírito ágil, inclinado aos atos nobres, generoso na luta, resistente na adversidade”. Se cultivadas, essas qualidades nos garantiriam “um estágio superior de civilização” no qual o brasileiro seria “o homem do futuro, o homem apto a integrar-se numa vida social mais perfeita e feliz” (Vargas, 1940i, p. 7).

No mesmo dia, durante o banquete oferecido pelo interventor do estado, ele reafirmou o seu prazer em visitar a Bahia, uma “terra da cultura e da espiritualidade”; “o lugar onde a primeira cruz foi erguida e onde a primeira missa foi rezada”. Segundo ele, a Bahia seria o local de surgimento do Brasil e o centro nervoso de nosso primeiro Governo Geral. “A Bahia é o berço da nacionalidade” e dela surgiria a renovação do mais profundo sentimento de patriotismo (Vargas, 1940j, p. 5). Dentre todas as atribuições de nacionalidade aos estados visitados, Vargas exalta o exemplo baiano com maior veemência. Segundo os discursos, aquele não era um mero reflexo da identidade nacional, mas o próprio fulcro de onde emanou o espírito brasileiro.

Vale destacar que embora a Bahia emergja como “berço da nacionalidade”, suas características positivas são sempre relacionadas à maleabilidade e adaptabilidade de seu povo, tanto ao ambiente quanto ao intercuro com outros povos. Isso serviria de base, anos depois, para demarcar um traço baiano a ser afastado de todo o povo brasileiro: o impatriotismo e a sedição interna. Durante a inauguração da nova sede do Ministério da Fazenda, em 10 de novembro de 1943, o presidente destacou o papel do regime no combate à divergência interna, que identificava como a maior inimiga da Nação. É importante ressaltar como isso se enquadra no cenário de entrada do país na guerra e na intensificação da paranoia em relação à traição interna. O discurso seguia destacando essa ameaça e o caráter insidioso do “impatriotismo” (Vargas, 1943, p. 7). Poucos meses depois, no Dia do Trabalhador, ele comemorava a inexistência do que classificava como “elementos de discórdia” ou “motivos de desentendimento interno” (Vargas, 1944, p. 5). Portanto, dizer que a Bahia ultrapassava o limiar de uma representação regional e constituía um centro nervoso da nacionalidade implicava em identificá-la como um elemento salutar na formação brasileira.

A convocação à “reconstrução da nossa grande Pátria comum” (Vargas, 1951, p. 5) foi um importante tema durante as falas públicas do presidente. O patriotismo dos “filhos da terra” superaria as “divergências partidárias”, proporcionando o “clima de confiança e união nacional indispensável ao feliz coroamento dos nossos esforços” (Vargas, 1952,

p. 5). Esse espontaneísmo do povo congregado através da ideia de raça, terra e valores cristãos serve como mecanismo nacionalizador. Apesar do Norte e Nordeste se destacarem por esse discurso relacionado à intrepidez, essa especificidade convive com um forte discurso a respeito da unidade nacional. Nesse sentido, não parece haver contradição nos discursos de Vargas entre uma apologia às supostas especificidades estaduais e o padrão geral da Nação.

Nesses casos, a “cultura do corpo sadio e forte” (Vargas, 1941, p. 8) propalada pelo regime manifestava a correlação entre a educação e a higiene moral e física, princípios fundamentais à apologia de uma “eugenia leve” (Dávila, 2005, p. 25). O próprio eugenismo passava por disputas internas e externas, sobretudo no debate intelectual (Wegner, 2017). Mas o que importa dos trechos analisados até aqui é o modo como Vargas procura construir discursivamente uma divisão do trabalho de construção da nacionalidade pelo reconhecimento dos papéis regionais distintos, seja via o trabalho conquistador do seringueiro cearense na floresta amazônica, do pendor pernambucano à mistura racial ou do cristianismo baiano que serviu de base para a nação apesar da perpetuação exagerada da escravidão no Estado. Em todos esses casos, há a tentativa de equilibrar os problemas de cada povo-região com seus potenciais no processo de construção nacional.

## Sul e Sudeste

Mas referências dessa natureza não estavam restritas ao Norte ou ao Nordeste. Durante as visitas ao Sul, o presidente abordou a composição do povo em cinco diferentes ocasiões. Primeiramente, enquanto se dirigia às “classes conservadoras”, Vargas destacou que a intrepidez e o desinteresse eram características fundamentais do povo gaúcho (Vargas, 1938a). Dois anos depois, em Blumenau, ele se surpreendia ao constatar que o povo da cidade falava português, afirmando em seguida que a cidade expressava um profundo sentido de brasilidade (Vargas, 1940b). Essa afirmação contradiz muitos dos ideólogos do regime, que defendiam a ideia de que as comunidades sulistas agiam, em grande medida, como um elemento disruptivo da coesão nacional (Bomfim, 1942; Cabral, 1941; Carvalho, 1942; Lima, 1945; O’Reilly, 1943; Oliveira, 1945; Oliveira, 1941; Sombra, 1941; Verissimo, 1941a; b). Contra essa interpretação, ele aproveitou a passagem por Blumenau para declarar que seu povo, especialmente as suas crianças, estavam em avançado processo de aculturação:

Tal transformação, que a ninguém seria lícito obscurecer, testemunhei por toda parte, demonstrada, quer nos homens adultos e válidos, quer nos moços e nas crianças, sobretudo, nas crianças que me rodeavam em bandos álacres e que tinham, na profundidade dos olhos azuis e nos acenos cheios de carinho, a efusão inequívoca do sentimento que lhes ia n’alma, enquanto suas cabecinhas douradas ao sol pareciam um trigal maduro. Tive a impressão, ao vê-las, de achar-me em face de uma geração nova do Brasil, que se erguia (Vargas, 1940a, p. 4)

Como o trecho deixa claro, esse processo de aculturação não implicava, porém, numa dissolução racial. Vargas menciona com orgulho os traços eugênicos loiros que expressavam certa superioridade das crianças sulistas. Ele continuou afirmando que a produtividade e o desenvolvimento da cidade demonstravam que “as correntes imigratórias selecionadas fortalecem a organização nacional, contribuindo com a sua colaboração sadia para o engrandecimento do país” (Vargas, 1940a, pp. 4–5). Segundo ele, dizia-se que o povo local custou muito a “assimilar-se à sociedade nacional” e a falar a nossa língua, mas ele afirmava que a culpa não era da comunidade de Blumenau. Na verdade, o presidente culpava os antigos governos que os teriam deixado “isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações” (Vargas, 1940a, p. 5). Em tom conciliatório, ele resumiu as demandas dos colonos a um binômio claro: “escolas e estradas, estradas e escolas”, que, a

seu ver, propiciariam desenvolvimento à região. A mensagem central era de que a nação deveria se sobrepôr às divisões: “O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro” (Vargas, 1940a, p. 6). Reforçando o tom unificador, ele completou em seguida: “Agora, esta população, de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos dos primitivos povoadores, é brasileira. Aqui, todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação” (Vargas, 1940a, p. 7).

É interessante tensionar esse discurso com outras linhas argumentativas presentes na ideologia do Estado Novo e que apresentavam um forte antigermanismo. Em texto publicado na *Cultura Política*, revista vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Belfort de Oliveira, um dos críticos mais fervorosos da matriz racial sulista, afirmou que, desde o Império, “esses meninos” teriam vivido “extremados no seio da comunhão nacional, inteiramente isolados, no círculo fechado dos seus costumes peculiares, dos seus usos tradicionais, de sua língua”. Ademais, faziam questão de não se misturar, “vivendo uma vida à parte, enquistados, à maneira dos corpos estranhos, só se fundindo e expandindo para impor a sua notável *Kultur*, tumor que ainda hoje cancera o organismo do Brasil” (Oliveira, 1945, p. 44). Com essa breve digressão, percebe-se que há um componente nas falas públicas que contradiz parte dos discursos que circulavam pelo regime. Entretanto, temos um vislumbre desse tipo de política em relação ao imigrante em outras falas de Vargas.

Enquanto celebrava a criação do Conselho de Imigração e Colonização, estabelecido em 4 de maio de 1938, pelo decreto-lei n. 406, o presidente enfatizou como o novo órgão da administração adaptaria a legislação às necessidades do país e às circunstâncias externas, que classificava como “extraordinariamente mutáveis nos últimos tempos” (Vargas, 1939, p. 29). Segundo ele, os governos estaduais também auxiliariam no controle e coordenação, estudando as necessidades de cada região, bem como a sua metodologia de distribuição dos imigrantes e os melhores meios de adaptação e assimilação. O discurso também frisava como a parceria do conselho com o Ministério das Relações Exteriores agiu na organização da entrada de imigrantes vindos de países superpovoados e que fossem “convenientes, pelos traços étnicos, à formação nacional”. Por outro lado, o regime estudava a necessidade de promover a “colonização mista”, de modo a evitar a formação dos chamados “quistos raciais”. Vargas destacou que a guerra prejudicou essa política e que o governo precisou compensar com a vinda de portugueses “afastando elementos nocivos à coletividade” e estimulando a colonização do interior do país (Vargas, 1939, pp. 29–30). Nesse sentido, o problema fundamental da imigração e colonização era visto por ele como uma questão referente ao campo das políticas públicas. O papel dos Estados na produção de uma política voltada à imigração também demonstra como a estratégia nacional leva em conta suposições sobre genealogias estaduais.

Devo acentuar aos Srs. Interventores ser este um dos assuntos para o qual mais necessária se torna a colaboração dos Estados, porque a União, geralmente, não possui terras. As terras devolutas pertencem aos Estados, e a estes cabe fornecê-las, para serem loteadas, divididas, povoadas e trabalhadas pelos agricultores. À União compete orientar a imigração, facilitá-la, dar-lhe transporte, conduzindo-a até à zona onde convém ser localizada (Vargas, 1939, p. 5).

Essa proteção do nativo esteve no centro da política do Estado Novo. Segundo Vargas, a lei dos dois terços havia assegurado a “predominância do trabalhador nacional”, esquecidos pelos proprietários das fábricas (Vargas, 1940b, p. 4). No mesmo dia, ele reforçou que a base da cultura brasileira era esse cidadão nato. Além disso, surge novamente a ideia de que o português era visto pelo regime como a matriz principal e mais benéfica

para a nacionalidade. Quando perguntado sobre o clima em torno do grande contingente de população alemã no Brasil e se esse era um indício de que o país estava particularmente exposto à “penetração nazista” (Vargas, 1941).

A mudança no direcionamento da política imigratória foi sensível ao plano estadual. Desde a Primeira República, as políticas para imigração que estavam a cargo dos governos locais passaram por uma inversão. Se até a década de 1920, a entrada desenfreada de contingentes europeus foi incentivada, nos anos 30, esse mesmo fenômeno passou a ser considerado uma ameaça em potencial à unidade do país. Dentro desse quadro, a classificação da região Sul e seus Estados como um ambiente propício a esses contingentes gera uma tensão, pois ao mesmo tempo em que houve uma forte crítica ao elemento “alienígena” e aos “quistos”, houve também um discurso paralelo de exaltação regional nos discursos do presidente.

Já na década de 1950, Vargas não poupou elogios ao Paraná e ao seu povo local. Mais uma vez, ele contornou a crítica recorrente ao processo imigratório no Sul, afirmando que o povo paranaense era um espelho fiel da Pátria e que seria fundamental para o futuro engrandecimento do país. Nas suas palavras, o Paraná renovava e reacendia a fé na inabalável realização dos “destinos do Brasil” (Vargas, 1953, p. 13). Apesar das peculiaridades de cada região, durante as visitas, o presidente sempre afirmava que estava diante de um retrato do quadro nacional mais amplo. A ênfase no caráter nacional vinha sempre acompanhada do destaque às contribuições regionais positivas e aos supostos obstáculos locais à construção da unidade do país.

Em todos esses trechos sobre o Sul do Brasil, as contribuições dos imigrantes são elogiadas como parte de uma biopolítica imigratória que visa adicionar ao país os elementos comportamentais que lhe faltariam. Embora todos eles contribuam para a grandeza nacional, isso não ocorre por conta da dissolução desses grupos no povo de modo geral. Ao contrário, é na “regionalização do imigrante”, que cede nas características vistas como negativas e mantém as positivas, que enxergava o sucesso da imigração sulista.

Essa mirada aparecia também nos discursos proferidos por Vargas em Minas Gerais. Três deles, proferidos no ano de 1938 em Ouro Preto, se destacam por sugerirem concepções racializadas do mineiro. Improvisando durante a visita, Vargas declarou que o “espírito” local era resultado dos séculos de cultura mineira. Na sua opinião, Ouro Preto condensava completamente as tradições brasileiras, formando um “centro de cultura” fundamental para a vida nacional. A construção de um “Brasil Novo” dependeria, portanto, da contribuição indispensável do mineiro, manifesto no caráter de Ouro Preto, digna portadora do título de “Meca da tradição nacional” (Vargas, 1938b).

Duas semanas depois, entregando as cinzas dos Inconfidentes à cidade, o presidente destacou o espírito ordeiro e trabalhador do povo local. Vargas também teceu elogios à sua ação pioneira na construção do Brasil. Segundo ele, Minas repudiava “ideologias exóticas” e, assim como o resto do país, preferia seguir o “ritmo político do Continente”. Nesse sentido, a obra do Governo estaria realizando as exigências do próprio organismo nacional (Vargas, 1938b). Dois dias depois, ele reforçou a ideia de que os mineiros ajudavam a fortalecer a sintonia entre o Estado Novo e a Nação (Vargas, 1938c).

A preparação moral e espiritual do povo voltou a ser um assunto horas antes do presidente comparecer à inauguração do Minas Tênis Clube em Belo Horizonte. No evento, Vargas afirmou que o Brasil, assim como os seus vizinhos, defenderia o “patrimônio moral” e a “cultura física” do seu povo (Vargas, 1940b). Portanto, nossos administradores entenderiam a importância do “problema de melhoria das condições físicas do homem” e por isso se empenharam tanto no “aperfeiçoamento eugênico das novas gerações” (Vargas, 1940j, p. 4). Para ele, essa “educação do corpo”, na mais ampla acepção da palavra, significava o “cultivo de nobres e excelentes atributos do espírito” (Vargas, 1940j, p. 4).

Bem compreendendo o alcance e a importância do problema de melhoria das condições físicas do homem, os vossos administradores não cessam de se empenhar pela obtenção dos meios adequados ao aperfeiçoamento eugênico das novas gerações. A construção do moderno e amplo estádio que inauguramos, feita pelo próprio Governo, exemplifica este louvável empenho, que se traduz, praticamente, no levantamento de 35 praças de jogos atléticos nas principais cidades do Estado. (Vargas, 1940j, p. 4).

O Brasil, exemplo de Nação com povo vigoroso, deveria focar no futuro, trabalhando para desenvolver uma “disposição viril” e um país forte (Vargas, 1940b, p. 5) Esse povo, porém, devia ser visto mais como uma hibridação de elementos distintos e maleáveis do que uma homogeneidade completa. Para Vargas, o Brasil oferecia ao mundo uma lição extraordinária de unidade sem privilégios e rancores. Aqui, não haveria diferenciação por nascimento ou fortuna, prevenções raciais ou religiosas. Ao contrário, seríamos um povo que ignorou o divisionismo entre os homens que comprometeu tantas outras nações. Apesar de termos motivos para sustentar o orgulho como característica nacional, o brasileiro nunca teria se deixado levar pelo regionalismo ou xenofobia, excluindo os forasteiros dos bens da nossa terra:

Somos o reino prometido, refúgio dos anseios generosos, o aceno de uma vida melhor para quantos demandam as nossas terras. Somos o exemplo de um convívio pacífico de Povos amigos. Muito devemos à Ibéria pioneira e colonizadora. Brindemos ao seu gênio criador e, nas evocações que este dia nos sugere, reafirmemos a nossa fidelidade às tradições cristãs e às virtudes varonis que ela implantou para sempre em nossa alma. (Vargas, 1953, p. 5).

## Conclusão

A bibliografia especializada costuma classificar a Era Vargas como um momento de fortalecimento dos discursos de formação nacional, no qual o governo absorveu e difundiu narrativas nacionalistas sobre o desenvolvimento histórico brasileiro (Oliveira, 1990; Velloso, 1997). Nesse sentido, a obra do presente se daria apagando um passado de transplantes falsos que nada teriam a ver com a nossa formação. A resposta à Primeira República, ou República Velha, veio na forma de “reconhecimento da nação como realidade política essencial” (Cassimiro, 2018, p. 140). O Estado Novo teria assumido, assim, a tarefa de difundir uma imagem de povo vigoroso.

Ainda de acordo com essa perspectiva, a ideologia da mestiçagem teria fornecido a base dessa luta pela unidade nacional (Hofbauer, 2006; Mesquita, 2018; Ortiz, 2017 [1985]; Skidmore, 1976). De acordo com ela, cada brasileiro possuiria em si as contribuições culturais de todos os grupos que formaram a nação: brancos portugueses e, depois, dos mais diferentes matizes, negros africanos, indígenas locais (Almeida, 1932; Amado, 1933; Freyre, 1990 [1933]; Holanda, 1936; Torres, 1982 [1914]). Havia, no entanto, o obstáculo dos regionalismos a se superar (Dias, 2019; Maia, 2010, 2013; Mesquita, 2018).

O que tentamos mostrar aqui é que esse processo de construção nacional foi muito mais matizado e complexo na Era Vargas. Mais do que romper com os regionalismos ou com uma concepção essencializante de raça, o discurso varguista buscou orientar os processos de “evolução” das gentes locais, de modo a produzir uma nação híbrida, mas que pudesse contar com as melhores contribuições eugênicas de cada conformação racial regional.

Essa construção se baseou em dois eixos fundamentais. Primeiro, uma divisão regional do trabalho, em que cada estado ou região contribuiria com caracteres específicos capazes de extrair as potencialidades próprias de cada um dos territórios e, eventualmente,

contribuir com regiões outras. O espaço foi, portanto, uma dimensão central para o processo de construção nacional (Maia, 2013, p. 86). Segundo, uma lenta transição entre a década de 1930 e 1950 na qual o processo integrativo avançara sem que necessariamente as especificidades regionais tivessem de ser apagadas, mas apenas reorientadas para o fim comum da grandeza nacional.

Nesse sentido, o discurso oficial estava longe de romper totalmente com os regionalismos, mas também com concepções essencializantes do nosso povo ou de nossas gentes. A ideia de raça estava imersa em um turbilhão semântico que permitia múltiplas apropriações.

Vargas manifestou interpretações territoriais sobre o povo ao visitar lugares específicos. De fato, o componente essencialista e fixo ainda pode ser visto na imagem e autoimagem sobretudo das regiões Nordeste e Sul, manifestos no preconceito em relação ao primeiro e no entendimento “alienígena” do segundo. Afinal de contas, o fenômeno da xenofobia possui importantes interseções com a racialização de grupos regionais ou nacionais. A exploração desses discursos pretende ensejar o debate sobre identidades regionais, sobretudo em meio ao recrudescimento dos discursos xenófobos na política atual, segundo os quais determinadas regiões correspondem ao atraso ou à pobreza, enquanto outras à civilidade e avanço. A questão racial se manifesta também através desses preconceitos e ataques, o que pode permitir avaliações futuras sobre se realmente superamos os paradigmas organicistas da raça.

O presidente reproduziu, por meio de tipos locais supostamente adaptados aos desafios do meio, aspectos de identidades locais preconcebidas. Sobretudo no caso baiano, percebe-se que, durante as visitas, Vargas sempre julgava necessário abordar questões relativas à ideia de raça. No Sul, a mobilização do tema entra em contraposição ao discurso de combate aos fluxos imigrantes, o que demonstra o caráter estratégico das falas públicas. Ele também apresenta percepções de adaptação aos imperativos de conquista da terra relativos ao Norte. Longe de ser uma particularidade brasileira, os elementos aqui destacados demonstram como o discurso político se reporta, invariavelmente, a concepções essencialistas. Refletir sobre o tema implica, portanto, pensá-lo dentro de uma linguagem ou contexto que, frequentemente, se apresenta de maneira ambígua ou contraditória. Os avanços, muitas vezes, são paulatinos e negociados e cabe-nos perguntar se realmente podemos lidar com a noção de avanço, ou mesmo ruptura, para analisar suas manifestações.

## Bibliografia

- ALBERTO, P. L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- ALMEIDA, M. DE. **Brasil Errado: Ensaio político sobre os erros do Brasil como país**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.
- AMADO, G. **Para onde vai o Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Renascença, 1933.
- BOMFIM, M. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 [1929].
- BOMFIM, P. C. As escolas estrangeiras no Brasil: núcleos de populações de origem estrangeira. Suas escolas. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 2, n. 13, p. 30–34, 1942.
- CABRAL, O. A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 1, n. 7, p. 23–34, 1941.
- CAMPOS, F. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1941.
- CANNONE, H. P.; PESTANA, M. C. **O Nacionalismo brasileiro em Getúlio Vargas: análise de discursos a partir de técnicas de textmining**<sup>12º</sup> Encontro da ABCP.

**Anais...** João Pessoa: 2020 Disponível em: <<https://www.abcp2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjUwMzIiO3M6MT0iaCI7czoZMjoiOTU4OTU0ZDU2YjgwYzFkNmExYTY5NTZlMWUzM2YzZjEiO30%3D>>. Acesso em: 4 fev. 2023

CARVALHO, P. M. DE. A política imigratória do Estado Nacional. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 2, n. 12, p. 48–56, 1942.

CASSIMIRO, P. H. P. A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. **Revista Política Hoje**, v. 27, p. 138–161, 2018. DOI: <https://doi.org/10.51359/1808-8708.2018.231710>.

COTRIM, L. C. DE A. **O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo**. 1999. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, Campinas, 1999.

DÁVILA, J. **Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DIAS, W. L. DE A. O Estado Novo como propositor da Nação: o tema do regionalismo perpassando a ideologia do regime entre 1938 e 1945. **Reves: Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 4, p. 540–555, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18540/revsvl2iss4pp0540-0555>.

\_\_\_\_\_. **Um Mussolini Moreno: a conciliação entre mestiçagem e autoritarismo no Estado Novo**. 2023. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), Rio de Janeiro, 2023.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FIGUEIREDO, P. A. DE. Fins humanos e políticos do Estado Brasileiro. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 1, n. 6, p. 121–135, 1941.

\_\_\_\_\_. A pessoa humana no Estado Nacional. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 3, n. 34, p. 19–34, 1943.

\_\_\_\_\_. Todo estado real é nacional. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 4, n. 43, p. 92–99, 1944.

FONSECA, P. C. D. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. *Em*: RIBEIRO, M. T. R. (Ed.). **Intérpretes do Brasil; leituras críticas do pensamento social brasileiro**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 2001.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 2ª edição ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1990 [1933].

HOFBAUER, A. **Uma história de «Branqueamento» ou o «Negro» em questão**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HOLANDA, S. B. DE. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

LACERDA, J. B. **Sur les métis au Brésil**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1911.

LIMA, C. Mobilização moral e psíquica. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 5, n. 49, p. 64–79, 1945.

MAIA, J. M. E. As Ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 621–655, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300004>.

\_\_\_\_\_. A imaginação da terra: O pensamento brasileiro e a condição periférica. **Tempo Social**, v. 25, n. 2, p. 79–97, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000200005>.

MESQUITA, G. **Gilberto Freyre e o Estado Novo: Região, nação e modernidade**. São Paulo: Global Editora, 2018.

- MESQUITA, J. DE. Troncos raciais da família matogrossense. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 2, n. 19, p. 20–24, 1942.
- MOURA, G. DE. A literatura brasileira e o seu profundo sentido nacionalista. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 2, n. 20, p. 43–55, 1942.
- O'REILLEY, N. Raça de mestiços. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 3, n. 28, p. 83–89, 1943.
- OLIVEIRA, B. DE. O problema do estrangeiro e a solução brasileira. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 5, n. 48, p. 43–54, 1945.
- OLIVEIRA, J. T. DE. A imigração portuguesa no Brasil. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 1, n. 7, p. 86–96, 1941.
- OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 5ª edição ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017 [1985].
- PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre e a Inglaterra: Uma história de amor**. São Paulo: Editora Tempo Social, 1997.
- ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.
- SCHNEIDER, A. L. Os paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. **Projeto História**, v. 57, p. 84–107, 2016.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SECRETO, M. V. A ocupação dos «espaços vazios» no governo Vargas: do «Discurso do rio Amazonas» à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, v. 40, p. 115–135, 2007.
- SKIDMORE, T. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento político brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- SOMBRA, S. Guerra total, nacionalização e povoamento. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 1, n. 6, p. 106–110, 1941.
- STORNOWSKI, M. S. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: Análise dos discursos de Vargas e JK**. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de pós-graduação em história da, Porto Alegre, 2011.
- TENTI, M. M. Los trabajadores en los discursos políticos de Vargas y Perón. **Trabajo y Sociedad**, v. 25, n. 42, p. 199–215, 2024.
- TORRES, A. **O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de organização nacional**. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1982 [1914].
- VARGAS, G. **Discurso pronunciado na capital da Bahia**. Discurso: 18 de ago. de 1933a. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1933.
- \_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado na capital do Ceará**. Discurso: 18 de set. de 1933b. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1933.
- \_\_\_\_\_. **O banquete em honra do Presidente Agustin Justo, a bordo do couraçado São Paulo em Buenos Aires**. Discurso: 26 de mai. de 1935. Acervo digital da Biblioteca da Presidência da República, 1935.
- \_\_\_\_\_. **No limiar do ano de 1938**. Saudação aos brasileiros pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país. Discurso: 31 de dez. de 1937. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1937.

- \_\_\_\_. **A autoridade federal e a preservação da ordem.** Discurso pronunciado em Porto Alegre, no Banquete oferecido pelas classes conservadoras do Rio Grande. Discurso: 7 de jan. de 1938a. Acervo digital da Biblioteca da Presidência, 1938.
- \_\_\_\_. **Ouro Preto - A Meca da tradição nacional.** Improviso, por ocasião das manifestações populares em Ouro Preto. Discurso: 1 de jul. de 1938b. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1938.
- \_\_\_\_. **Perante as cinzas dos Inconfidentes.** No adro da Igreja de Antônio Dias, a 15 de julho de 1938, na presença de grande massa popular, entregando à cidade de Ouro Preto as cinzas dos Inconfidentes. Discurso: 15 de jul. de 1938c. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1938.
- \_\_\_\_. **A divisão do país em zonas geoeconômicas.** Discurso pronunciado no encerramento da conferência nacional de economia e administração. Discurso: 18 de nov. de 1939. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1939.
- \_\_\_\_. **A atividade do povo mineiro e a mentalidade renovadora do Brasil.** Improviso da sacada do Palácio da Liberdade, agradecendo as manifestações populares em Belo Horizonte. Discurso: 12 de mai. de 1940a. Acervo digital da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **No limiar de uma nova era.** Discurso pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, capitânia da esquadra nacional. Discurso: 11 de jun. de 1940b. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará.** Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do estado. Discurso: 4 de out. de 1940c. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **Os portugueses no Brasil.** Improviso agradecendo a manifestação da colônia portuguesa do Pará no Palácio do Governo. Discurso: 8 de out. de 1940d. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **Conferência das nações amazônicas: entrevista concedida à Associated Press em Porto Velho.** Discurso pronunciado no Clube Internacional, em Recife, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras. Discurso: 14 de out. de 1940e. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **O Ceará e os seus homens de trabalho: improviso agradecendo, em Fortaleza, a manifestação das classes operárias.** Improviso agradecendo, em Fortaleza, a manifestação das classes operárias. Discurso: 15 de out. de 1940f. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **Pernambuco, o seu povo e o seu governo.** Improviso na sacada do palácio do governo agradecendo às grandes manifestações populares por ocasião da chegada a Recife. Discurso: 18 de out. de 1940g. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **Rejuvenescimento econômico e social do Pernambuco.** Discurso pronunciado no Clube Internacional, em Recife, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras. Discurso: 19 de out. de 1940h. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **O petróleo de Lobato e o maior progresso da Baía.** Improviso agradecendo o banquete oferecido no palácio da aclamação, em Salvador, pelo interventor do estado. Discurso: 20 de out. de 1940j. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.
- \_\_\_\_. **Os diplomados pelas escolas superiores e a necessidade de especialização.** Discurso pronunciado em Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia ao receber o diploma de doutor honoris causa. Discurso: 20 de out. de 1940i. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1940.

\_\_\_\_. **O Brasil perante a América e o Mundo.** Entrevista concedida ao enviado de La Nación, Sr. Fernando Ortiz Echague publicada em Buenos Aires a 26 de junho e transcrita na imprensa brasileira. Discurso: 27 de jun. de 1941. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1941.

\_\_\_\_. **A nova sede do Ministério da Fazenda.** Discurso inaugurando novo edifício do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Discurso: 10 de nov. de 1943. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1943.

\_\_\_\_. **Cooperação e solidariedade entre os grupos sociais.** Discurso pronunciado no Estádio do Pacaembu em São Paulo por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho. Discurso: 1 de mai. de 1944. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1944.

\_\_\_\_. **Em José dos Campos.** Discurso: 19 de mai. de 1951. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1951.

\_\_\_\_. **A prodigiosa missão que o destino reserva ao Brasil.** Discurso pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas nas comemorações do Dia da Pátria. Discurso: 7 de set. de 1952. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1952.

\_\_\_\_. **Discurso pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas na Embaixada da Espanha.** Discurso: 12 de out. de 1953. Acervo da Biblioteca da Presidência da República, 1953.

VELLOSO, M. P. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 9, p. 57–74, 1997.

VERISSIMO, J. Aspectos de nossa organização política. **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 1, n. 4, p. 35–43, 1941a.

\_\_\_\_. Tem havido nas nossas lutas externas um pensamento, uma atitude e uma alma brasileira? **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, v. 1, n. 7, 1941b.

VIANA, F. J. DE O. **Raça e Assimilação.** Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1938.

VIEIRA, A. M. D. P. As condições de produção do discurso em Getúlio Vargas e a cultura escolar. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 5, p. 191–205, 2005. DOI: <https://doi.org/10.7213/rde.v5i14.7391>.

VIMIEIRO-GOMES, A. C. Biotipologia, regionalismo e a construção de uma identidade corporal brasileira no plural, década de 1930. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, v. 23, p. 111–129, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000500007>.

WEGNER, R. Dois geneticistas e a miscigenação: Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). **Varia Historia**, v. 33, n. 61, p. 79–107, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000100005>.

WEINSTEIN, B. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. **Revista Esboços**, v. 13, n. 16, p. 281–303, 2007.